

Institui a Política de Permanência e Redução da Evasão e da Retenção no âmbito da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

O Reitor da Universidade Federal do Maranhão, na qualidade de **PRESIDENTE DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E INOVAÇÃO**, no uso de suas atribuições estatutárias e regimentais;

Considerando a autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial das universidades públicas, conforme art. 207 da Constituição Federal de 1988; a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, conforme art. 205 da Constituição Federal de 1988; o Decreto nº 7.234/2010, que dispõe sobre o Programa de Assistência Estudantil – PNAES, em especial o art. 2º, inciso III, com o objetivo de reduzir as taxas de retenção e de evasão na educação pública federal; a Resolução nº 361-CONSUN-2021, que atualiza o Estatuto da Universidade Federal do Maranhão, especificamente o art. 24, inciso III; a Resolução nº 329-CONSAD-2024, que modifica a estrutura organizacional de unidades administrativas da Universidade Federal do Maranhão; a Resolução nº 330-CONSAD-2024, que modifica a estrutura organizacional de unidades administrativas da Universidade Federal do Maranhão; as atribuições da Comissão de Trabalho sobre a Evasão e Retenção, nos cursos de graduação, constantes no Processo SEI nº 23115.007864/2023-65;

Considerando o que consta no Processo nº 1527/2025-26;

R E S O L V E ad referendum deste Conselho:

Art. 1º Instituir a Política de Permanência e Redução da Evasão e da Retenção (POPRER), entendida como um conjunto de estratégias, ações e orientações institucionais para redução dos índices de evasão e retenção no âmbito da UFMA, conforme Anexo Único, parte integrante e indissociável desta Resolução.

Dê-se ciência. Publique-se. Cumpra-se.

São Luís, 15 de setembro de 2025.

Prof. Dr. FERNANDO CARVALHO SILVA

ANEXO ÚNICO

POLÍTICA DE PERMANÊNCIA E REDUÇÃO DA EVASÃO E DA RETENÇÃO (POPRER)

CAPÍTULO I

DA DEFINIÇÃO

Art. 1º

Para os fins do disposto nesta Resolução considera-se:

- I. Evasão: saída antecipada do curso, por abandono, de forma definitiva ou temporária, por desistência, transferência compulsória ou voluntária (com mudança de curso), e desligamento voluntário ou por norma institucional; e
- II. Retenção: processo de permanência prolongada do estudante na Instituição de Ensino Superior (IES) cujo período ultrapassa o prazo mínimo de integralização do curso.

CAPÍTULO II

DOS PRINCÍPIOS E DIRETRIZES

Art. 2º

São princípios e diretrizes da Política de Permanência e Redução da Evasão e da Retenção (POPRER):

- I. Igualdade de condições para a permanência do estudante nos cursos de graduação presencial e à distância;
- II. Respeito às características individuais do estudante e à realidade de cada Centro Acadêmico (Unidade Acadêmica) e Subunidade Acadêmica;
- III. Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- IV. Garantia da excelência acadêmica e técnico-científica; e
- V. Ética, democracia, transparência e eficiência nas decisões e implementação da Política.

CAPÍTULO III

DOS OBJETIVOS

Art. 3º

São objetivos da POPRER/UFMA:

- I. Planejar e operacionalizar um sistema eficaz de orientação acadêmica aos discentes objetivando facilitar a permanência e a conclusão do curso de graduação;
- II. Reduzir as taxas de evasão e retenção na UFMA;
- III. Implementar de modo articulado com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, ações de combate à evasão e retenção nos cursos de graduação;
- IV. Apoiar a criação e execução de programa de acolhimento aos ingressantes dos cursos de graduação;
- V. Garantir a implementação de programa de ações pedagógicas;
- VI. Fomentar ações de promoção à saúde, qualidade de vida, acessibilidade e inclusão aos estudantes dos cursos de graduação;

- VII. Acompanhar as ações de planejamento orçamentário com o objetivo de melhorar a eficiência na utilização dos recursos financeiros a fim de minimizar os indicadores de baixo rendimento acadêmico;
- VIII. Incentivar e envolver a participação do Centro Acadêmico (Unidade Acadêmica) nas ações de redução da evasão e da retenção;
- IX. Monitorar e avaliar as ações executadas no programa de acompanhamento da evasão e da retenção; e
- X. Integrar os diversos órgãos da UFMA para subsidiar decisões e ações de combate e redução da evasão e da retenção.

CAPÍTULO IV DAS COMISSÕES

Art. 4º Fica constituída no âmbito da Universidade Federal do Maranhão a Comissão Institucional de Permanência e Redução da Evasão e da Retenção (CIPRER), com objetivos de:

- I. Estabelecer diretrizes para organização e designação de comissões setoriais das Unidades Acadêmicas;
- II. Articular-se com as comissões setoriais visando estabelecer ações conjuntas de combate à evasão e retenção;
- III. Avaliar anualmente as ações propostas, com publicações e disponibilizações dos resultados obtidos; e
- IV. Realizar reuniões ordinárias e extraordinárias, sempre que convocadas pelo Presidente da Comissão.

Parágrafo Único. A CIPRER é definida como uma comissão permanente.

Art. 5º A CIPRER terá a seguinte composição:

- I. Pró-Reitor de Ensino (Presidente);
- II. Um representante da Reitoria;
- III. Um representante de cada Centro Acadêmico (Unidade Acadêmica) e um suplente, indicados pelo respectivo Conselho de Centro;
- IV. Um representante da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PROAES);
- V. Um representante da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEC);
- VI. Um representante da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP);
- VII. Um representante da Pró-Reitoria de Planejamento, Gestão e Transparência (PPGT);
- VIII. Um representante da Superintendência de Tecnologias na Educação (STED);
- IX. Um representante da Diretoria de Desenvolvimento de Ensino de Graduação (DIDEG/PROEN); e
- X. Dois representantes da Divisão de Avaliação, Acompanhamento Acadêmico e Transparência (DIAC/DIDEG/PROEN).

§ 1º Os representantes da CIPRER (docentes, discentes e técnico-administrativos em educação) serão designados em portaria emitida pela Reitoria.

§ 2º A CIPRER poderá se reunir, extraordinariamente, por convocação do Presidente ou maioria absoluta dos membros, com pauta específica apresentada com antecedência mínima de 03 (três) dias úteis, sempre que houver necessidade.

Art. 6º Cada Centro Acadêmico constituirá uma Comissão Setorial de Permanência e Redução da Evasão e da Retenção (COSPRER), que será composta por:

- I. O representante do Centro Acadêmico (Unidade Acadêmica) na CIPRER, que será o Presidente desta Comissão;
- II. Quatro representantes docentes e respectivos suplentes, todos indicados pelo Conselho de Centro;
- III. Dois representantes discentes e respectivos suplentes, indicados pela organização estudantil do Centro Acadêmico;
- IV. Dois representantes técnico-administrativos em educação e respectivos suplentes, indicados pelo Conselho de Centro.

§ 1º Cada Centro Acadêmico poderá constituir subcomissões nas Unidades Acadêmicas, visando à elaboração e execução de programas e projetos.

§ 2º Os representantes da COSPRER serão designados por portaria emitida pela Diretoria do Centro Acadêmico.

§ 3º Para o caso da Superintendência de Tecnologias na Educação (STED), a Comissão Setorial, COSPRER, será composta por:

- I. O representante da STED na CIPRER, que será o Presidente desta Comissão;
- II. Quatro representantes docentes efetivos desta universidade que componham o quadro de professores dos cursos EAD ofertados pela STED, e respectivos suplentes, todos indicados pela Superintendência de Tecnologias na Educação;
- III. Dois representantes discentes de cursos EAD ofertados pela STED e respectivos suplentes, indicados pela Superintendência de Tecnologias na Educação;
- IV. Dois representantes técnico-administrativos em educação e respectivos suplentes, indicados pela STED.

CAPÍTULO V DAS COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADES

Art. 7º A Comissão Institucional de Permanência e Redução da Evasão e da Retenção (CIPRER) é um grupo de trabalho multidisciplinar, organizado e atuante nas Unidades e Subunidades Acadêmicas, com atribuições de discutir e propor políticas, estratégias e ações institucionais para acompanhamento e combate à evasão e retenção na UFMA.

Art. 8º

São competências da CIPRER:

- I. Cumprir os princípios, diretrizes e objetivos da Política de Prevenção e Redução da Evasão e Retenção – UFMA;
- II. Gerenciar a execução da presente política, sendo responsável pela sua atualização e aperfeiçoamento;
- III. Realizar o levantamento, junto às unidades acadêmicas e administrativas da UFMA, das experiências que são ou já foram realizadas no âmbito do enfrentamento da evasão e retenção;
- IV. Identificar o perfil dos estudantes ingressantes, retidos e evadidos por curso, em cada Centro Acadêmico (Unidade Acadêmica) da UFMA, de modo que seja possível a percepção das dificuldades individuais e de grupos vulneráveis;
- V. Avaliar os relatórios acadêmicos disponíveis no SIGAA, referente aos quantitativos e perfis de alunos ativos, matriculados, concluídos, trancados, reprovados e cancelados, bem como, os índices de retenção, os índices de evasão, os índices de sucesso e demais indicadores;
- VI. Definir uma metodologia de cálculo para mensurar os indicadores institucionais de evasão e retenção semestral, anual e acumulado;
- VII. Desenvolver estratégias e coordenar ações no nível institucional no âmbito da PROPER/UFMA;
- VIII. Apoiar e acompanhar as ações realizadas, no âmbito dos cursos de graduação e das Unidades Acadêmicas para o enfrentamento da evasão e retenção;
- IX. Reunir-se regularmente para avaliar e discutir o impacto das ações desenvolvidas e questões pertinentes aos índices de evasão, de retenção e da taxa de sucesso nos cursos de graduação;
- X. Divulgar no sítio eletrônico da UFMA, relatórios oficiais de dados relativos à evasão e à retenção;
- XI. Atuar para a sensibilização e conscientização do Centro Acadêmico sobre a importância da redução dos índices de evasão e retenção;
- XII. Promover eventos periódicos para difusão de ações, estudos e evidências sobre evasão e retenção na Educação Superior;
- XIII. Estimular e apoiar os coordenadores de curso na formulação de diagnósticos para a promoção de ações de acompanhamento e combate à evasão e retenção no âmbito dos centros;
- XIV. Estimular e apoiar os coordenadores de curso na promoção e implementação desta Resolução no âmbito dos cursos de graduação da UFMA; e
- XV. Estabelecer e executar ações institucionais para o acolhimento aos estudantes ingressantes.

Art. 9º

São competências das COSPRERs:

- I. Apoiar e promover a implementação das ações da POPRER/UFMA;

- II. Identificar o perfil dos estudantes ingressantes, retidos e evadidos por curso, ao final de cada semestre, de modo que seja possível observar as dificuldades individuais apresentadas pelos discentes;
- III. Incentivar e apoiar os coordenadores de curso na formulação de diagnósticos para a promoção de ações de acompanhamento e combate à evasão e retenção no âmbito dos cursos;
- IV. Promover eventos periódicos para difusão de ações, estudos e evidências sobre evasão e retenção na Educação Superior; e
- V. Avaliar os relatórios acadêmicos disponíveis no SIGAA, referente aos quantitativos de alunos ativos, matriculados, concluídos, trancados, reprovados e cancelados, e a partir dos mesmos, propor ações para combate à evasão e retenção.

Art. 10

São responsabilidades das Coordenações de Curso:

- I. Implementar as diretrizes desta Resolução no âmbito dos cursos de graduação da UFMA;
- II. Promover a mobilização da comunidade acadêmica do curso para o enfrentamento e combate à evasão e retenção;
- III. Participar da formulação de diagnóstico e promover ações de acompanhamento e combate à evasão e retenção no âmbito do curso, de forma integrada à COSPRER e CIPRER; e
- IV. Estimular a discussão sobre a evasão e retenção junto ao Núcleo Docente Estruturante (NDE), buscando a proposição de alterações necessárias, que visem o enfrentamento da retenção e evasão.

Art. 11

São responsabilidades dos Órgãos Acadêmicos (Unidades e Subunidades Acadêmicas):

- I. Promover e implementar as diretrizes desta Resolução no âmbito do Centro Acadêmico da UFMA;
- II. Promover a mobilização da comunidade do Centro Acadêmico para o enfrentamento e combate à evasão e retenção;
- III. Participar da formulação de diagnóstico no âmbito do Centro Acadêmico, para o entendimento e acompanhamento da evasão e retenção, de forma integrada à COSPRER e CIPRER;
- IV. Apoiar e promover a implementação das ações no nível institucional no âmbito da POPRER; e
- V. Avaliar os impactos das ações desenvolvidas nos índices de evasão e retenção nas Unidades e Subunidades Acadêmicas.

Art. 12

São responsabilidades dos Órgãos Executivos Central, de Gestão e Auxiliares:

- I. Promover e implementar as diretrizes desta Resolução;
- II. Apoiar a formulação dos diagnósticos das causas de evasão e retenção;
- III. Apoiar a elaboração de propostas para redução dos índices de evasão e retenção;
- IV. Executar, no âmbito da sua atuação, as ações previstas nesta Resolução; e
- V. Zelar pelo cumprimento desta Resolução.

§ 1º O Órgão Executivo Central é constituído pela Reitoria.

§ 2º São Órgãos Executivos de Gestão: Agência de Inovação, Empreendedorismo, Pesquisa, Pós-Graduação e Internacionalização (AGEUFMA); Pró-Reitoria de Ensino (PROEN); Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEC); Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PROAES); Pró-Reitoria de Planejamento, Gestão e Transparência (PPGT); Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP); Representação Institucional (RI).

§ 3º São Órgãos Executivos Auxiliares, de acordo com normativa vigente: Superintendência de Comunicação Social (SCOM); Superintendência de Infraestrutura (SINFRA); Agência de Tecnologia da Informação (AGETIC); Superintendência de Tecnologias na Educação (STED) e Sistema Integrado de Bibliotecas (SIBi).

Art. 13 É responsabilidade de todos os servidores da UFMA, atuar de maneira proativa para o cumprimento desta Resolução.

CAPÍTULO VI DOS PROGRAMAS

Art. 14 Para atingir os objetivos, no âmbito da POPRER/UFMA, são definidos os seguintes programas de Permanência e Redução da Evasão e da Retenção:

- I. Programa de Acolhimento do Ingressante nos cursos de graduação;
- II. Programa de Orientação Educacional;
- III. Programa de Ações Pedagógicas;
- IV. Programa de Alocação de Recursos Financeiros para projetos de Permanência e Redução da Evasão e da Retenção;
- V. Programa de Qualidade de Vida, Acessibilidade e Inclusão dos Estudantes; e
- VI. Programa de Acompanhamento e Avaliação da Permanência e Redução da Evasão e da Retenção.

Art. 15 São objetivos do Programa de Acolhimento do Ingressante nos cursos de graduação:

- I. Estabelecer ações institucionais por Centro Acadêmico (Unidade Acadêmica) para o acolhimento aos estudantes ingressantes dos cursos de graduação da Instituição;
- II. Envolver a comunidade acadêmica nas ações relacionadas às temáticas de evasão e de retenção; e
- III. Contribuir para o acesso e permanência dos estudantes ingressantes.

Art. 16 O Programa de Acolhimento do Ingressante nos cursos de graduação deve contemplar as seguintes ações:

- I. Criação de projeto de acolhimento e acompanhamento dos estudantes ingressantes nos três primeiros semestres e durante o percurso formativo do curso, em articulação entre curso e diretórios/centros acadêmicos estudantis;
- II. Estabelecimento e execução de projetos de monitoria para os estudantes ingressantes;
- III. Elaboração de pesquisa com os estudantes (ingressantes, regulares, evadidos e retidos), acompanhando o desempenho deles na graduação; e
- IV. Avaliação das formas de ingresso e do desempenho dos ingressantes em relação à evasão e retenção.

Parágrafo Único. O trabalho de elaboração e execução do programa de acolhimento será de responsabilidade da comissão setorial e coordenações de cursos, assessoradas pela COSPRER.

Art. 17

São objetivos do Programa de Orientação Educacional:

- I. Apoiar e incentivar a criação de setores de orientação acadêmica dentro de cada Centro Acadêmico (Unidade Acadêmica) da Universidade;
- II. Acompanhar a execução de projetos específicos de investigação e intervenção nos componentes curriculares com alta taxa de evasão e retenção, visando contribuir para a redução destas taxas; e
- III. Reduzir a taxa de reprovação nas disciplinas dos cursos de graduação.

Art. 18

O Programa de Orientação Educacional deve contemplar as seguintes ações:

- I. Implementação de uma equipe multidisciplinar/multiprofissional para orientação educacional em cada Centro Acadêmico (Unidade Acadêmica) da Universidade;
- II. Inclusão de profissionais como psicólogo, pedagogo e assistente social na equipe multidisciplinar/multiprofissional;
- III. Participação da organização e realização de eventos de aproximação da comunidade externa com a universidade, como a Feira das Profissões;
- IV. Divulgação dos cursos e da instituição nas escolas e na comunidade local, como forma de prevenção à evasão;
- V. Criação de um projeto permanente de aconselhamento/orientação aos discentes, com foco na redução da evasão e da retenção;
- VI. Implementação, no âmbito da universidade, do PNA;
- VII. Realização de processos de autoavaliação do curso, possibilitando que o NDE e o colegiado do curso tenham subsídios para planejar e executar ações de melhorias; e
- VIII. Realização de fóruns e discussões sobre carreira, mercado de trabalho e opções de profissionalização.

§1º O trabalho de elaboração do Programa de Orientação Educacional será de responsabilidade da comissão setorial e coordenações de cursos, assessoradas pela PROEN e PROAES.

§ 2º A execução das ações enumeradas nos incisos I e II será de responsabilidade dos Órgãos Executivos Central e de Gestão;

§ 3º As execuções das ações enumeradas nos incisos II até VIII serão de responsabilidade dos Órgãos Executivos de Gestão e Órgãos Acadêmicos;

Art. 19 São objetivos do Programa de Ações Pedagógicas:

- I. Estimular a troca de experiências docentes e discentes dos diferentes cursos de graduação;
- II. Identificar as boas práticas de ensino já existentes, desenvolvidas pelos docentes, estimulando sua reprodução e aplicação em outros cursos; e
- III. Promover intervenções curriculares com a finalidade de reestruturar os Projetos Pedagógicos dos Cursos, visando melhorar os indicadores de qualidade acadêmica.

Art. 20 O Programa de Ações Pedagógicas deve contemplar as seguintes ações:

- I. Implementação de notificação automática, quando a frequência do aluno estiver próxima do limite para reprovação por falta, avisando o próprio aluno e o docente. Para tanto, cada docente deverá garantir o registro diário de frequência, conforme normas institucionais;
- II. Realização de pesquisa de satisfação junto aos discentes ingressantes, gerando subsídios para que o NDE e o Colegiado do Curso discutam os resultados e proponham melhorias;
- III. Elaboração e execução de projetos específicos de investigação e intervenção nos componentes curriculares com alta taxa de evasão e retenção;
- IV. Reformulação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos, buscando reavaliar as metodologias de ensino e aprendizagem, quantitativo de vagas, proposta pedagógica, tempo de integralização e oferta de componentes curriculares;
- V. Discussão sobre a possibilidade de utilização das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs), para orientação e defesa do TCC de discentes retidos;
- VI. Elaboração de vídeos de orientação aos discentes sobre as normas acadêmicas, funcionamento da Biblioteca, atuação das coordenações, serviços de assistência estudantil, setores administrativos e orientação educacional;
- VII. Produção de material didático-pedagógico de apoio às disciplinas dos cursos, com o apoio dos respectivos professores, quando necessário;
- VIII. Revisão periódica dos regulamentos internos que tratam do cancelamento temporário e do desligamento de estudantes; e

IX. Identificação das necessidades de capacitação de servidores relacionadas à temática da evasão e retenção.

§ 1º O trabalho de elaboração do Programa de Ações Pedagógicas será de responsabilidade da Comissão Setorial e coordenações de cursos, assessoradas pela PROEN e PROAES.

§ 2º A execução das ações envolverá as Unidades e Subunidades acadêmicas, a Agência de Tecnologia da Informação (AGETIC), a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP) e a Superintendência de Comunicação Social (SCOM).

Art. 21 São objetivos do Programa de Alocação de Recursos Financeiros para projetos de Permanência e Redução da Evasão e da Retenção:

- I. Apoiar execução de ações e projetos institucionais para o enfrentamento da evasão e retenção;
- II. Implementar ações que contemplem a captação de recursos financeiros para o desenvolvimento de projetos de ensino visando garantir a permanência do estudante no curso de graduação;
- III. Discutir, no âmbito da gestão superior e das unidades acadêmicas, alocação de orçamento específico para financiar ações e políticas de combate à evasão e retenção;
- IV. Promover melhorias na infraestrutura física (salas de aula, laboratórios de ensino e demais espaços gerais e específicos);
- V. Possibilitar a execução de ações de extensão dos cursos de graduação; e
- VI. Realizar verificação periódica da alocação de recursos financeiros a partir dos resultados das avaliações internas e externas.

Art. 22 O Programa de Alocação de Recursos Financeiros para projetos de Permanência e Redução da Evasão e da Retenção deve contemplar as seguintes ações:

- I. Articulação com o governo municipal para garantir o transporte dos estudantes até a Instituição, especialmente nos Centros Acadêmicos (Unidades Acadêmicas) do Continente;
- II. Empenho para a ampliação do acesso às políticas de assistência estudantil como incentivo à permanência nos cursos de graduação, tais como bolsas e auxílios ofertados aos estudantes;
- III. Fortalecimento de programas institucionais para apoio aos estudantes como: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI), Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) e Programa de educação Tutorial (PET);
- IV. Ampliação de atividades científicas, artísticas-culturais e desportivas;
- V. Incentivo e apoio à criação e fortalecimento das empresas juniores; e

VI. Ampliação e fortalecimento de Projetos de Ensino como monitoria e nivelamento acadêmico.

Parágrafo Único. O trabalho de elaboração e execução do Programa de Alocação de Recursos Financeiros será de responsabilidade compartilhada entre a Gestão Superior da UFMA e Conselhos dos Centros Acadêmicos (Unidades Acadêmicas).

Art. 23 São objetivos do Programa de Qualidade de Vida, Acessibilidade e Inclusão dos Estudantes:

- I. Viabilizar atividades dirigidas aos estudantes dos cursos de graduação para manutenção da saúde física e mental como ações preventivas da evasão e da retenção;
- II. Desenvolver e disponibilizar recursos de aprendizagem adicionais, como vídeos explicativos, infográficos e artigos, para enriquecer a experiência de aprendizagem; e
- III. Promover a integração social entre os estudantes e servidores da Universidade.

Art. 24 O Programa de Qualidade de Vida, Acessibilidade e Inclusão dos Estudantes deve contemplar as seguintes ações:

- I. Discussão do acesso, inclusão participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento, altas habilidades e superdotação;
- II. Desenvolvimento de ações preventivas coletivas de caráter biopsicossocial com os discentes;
- III. Avaliação dos impactos do Restaurante Universitário na redução da evasão;
- IV. Avaliação da Política e Ações de Acessibilidade e Inclusão dos Alunos;
- V. Estabelecimento de normativa interna para o enfrentamento do assédio moral e sexual na Instituição;
- VI. Encaminhamento de demandas junto aos órgãos responsáveis para prover cada Centros Acadêmicos (Unidades Acadêmicas) com pelo menos um psicólogo e um psicopedagogo, que atuarão em ações preventivas de fatores psicossociais e pedagógicos que interferem no desempenho acadêmico dos discentes;
- VII. Avaliação das Políticas de Cotas de Ações Afirmativas e adoção de medidas de combate à evasão e retenção; e
- VIII. Avaliação periódica da Política de Acessibilidade e Inclusão dos Alunos com Deficiência, visando atender as legislações vigentes.

Parágrafo Único. O trabalho de elaboração e execução do programa de qualidade de vida, acessibilidade e inclusão aos estudantes, será de responsabilidade da PROEN, PPGT e PROAES.

Art. 25 São objetivos do Programa de Acompanhamento e Avaliação da Evasão e Retenção:

- I. Atuar para a sensibilização e conscientização dos servidores sobre a importância da participação de todos na redução dos índices de evasão e retenção;
- II. Viabilizar a implantação de uma ferramenta de divulgação dos dados de evasão e retenção; e
- III. Avaliar as ações de prevenção e combate à evasão e retenção.

Art. 26

O Programa de Acompanhamento e Avaliação da Evasão e Retenção deve contemplar as seguintes ações:

- I. Realização de diagnóstico dos estudantes evadidos identificando as causas da evasão;
- II. Implantação de uma base de dados com informações sobre o perfil dos estudantes: ingressante, retido, trancado e evadido por curso em cada Centros Acadêmicos (Unidades Acadêmicas) de forma que seja possível a percepção das dificuldades individuais e de grupos vulneráveis;
- III. Definição de uma metodologia para cálculo e acompanhamento da evasão e retenção nos cursos de graduação;
- IV. Produção de relatórios direcionados à elaboração de ações voltadas à análise e ao enfrentamento da evasão e retenção;
- V. Avaliação do impacto dos programas de bolsas (ensino, pesquisa, extensão e assistência estudantil) no enfrentamento da evasão; e
- VI. Identificação do perfil dos estudantes ingressantes, evadidos e retidos na UFMA.

Parágrafo Único.
CIPRER.

O trabalho de elaboração e execução do Programa de Acompanhamento e Avaliação da Evasão e Retenção, será de responsabilidade da

Art. 27

As Pró-Reitorias, os Centros Acadêmicos (Unidades Acadêmicas), as Coordenações de Cursos e os demais Órgãos competentes da Instituição poderão propor ações independentes, desde que executem o proposto no âmbito desta Resolução.

Art. 28

As ações definidas nesta resolução serão planejadas e posteriormente implementadas pelas Unidades e Subunidades acadêmicas a partir da sua aprovação.

Art. 29

Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação (CONSEPE), após ouvir a Comissão Institucional de Permanência e Redução da Evasão e da Retenção (CIPRER).

Art. 30

A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação.